

TC - 014.471/2014-0.

Natureza: Tomada de Contas Especial (recurso de reconsideração).

Unidade: Prefeitura Municipal de Xambioá - TO

Recorrente: Ademar Vieira Filho, ex-prefeito de Xambioá/TO, (CPF: 106.029.844-91).

Representação legal: não há.

Tomada de Contas Sumário: Especial. Convênio. Não aprovação da prestação de contas. Obra inacabada. Imprestabilidade da parte executada. Não atingimento da finalidade pactuada no ajuste. Responsabilidade do exprefeito que efetivamente geriu os recursos públicos federais. Injustificada antecipação de pagamento à empresa contratada. definitivo de aceitação da obra, com atesto de que as obras encontravam-se concluídas e de acordo com os padrões técnicos. Documento sem credibilidade diante da situação fática apurada. Falta de comprovação da correta aplicação dos recursos públicos. Contas irregulares, com débito e multa. Elementos apresentados incapazes de modificar o juízo realizado pelo Tribunal. Não provimento.

INTRODUÇÃO

- 1. Trata-se de Recurso de Reconsideração (R001 peça 59) interposto por Ademar Vieira Filho contra o Acórdão 8.922/2015 TCU 2ª Câmara (peça 40) que julgou suas contas irregulares, o condenou em débito e lhe aplicou a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.
- 1.1. A deliberação recorrida apresenta o seguinte teor:
 - 9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Ademar Vieira Filho e da empresa Construtora CRC Ltda. ME e condená-los solidariamente ao pagamento do débito a seguir indicado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir das datas relacionadas, até a efetiva quitação, nos termos da legis lação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor da Funasa:

VALOR (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
50.000,00	06/07/2000
50.000,00	27/11/2000

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Ademar Vieira Filho e à empresa Construtora CRC Ltda. a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem.



perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

- 9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2°, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
- 9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
- 9.5. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o sustentam, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins, com fundamento no art. 16, § 3°, da Lei 8.443/1992 e do art. 209, § 7°, do RI/TCU.

HISTÓRICO

2. Trata-se de tomada de contas especial referente ao Convênio 2.207/1999, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Xambioá/TO e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS, tendo por objeto "a construção de sistema de abastecimento de água". Após a promoção da citação de Ademir Vieira Filho, ex-prefeito de Xambioá/TO, e da empresa Construtora CRC Ltda., para apresentarem alegações de defesa, esta Corte de Contas concluiu pela não consecução dos objetivos pactuados no convênio.

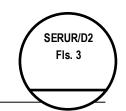
EXAME DE ADMISSIBILIDADE

3. Reitera-se o exame preliminar de admissibilidade (peça 69), ratificado à peça 72, pelo Relator, Ministro Raimundo Carreiro, que entendeu pelo conhecimento do recurso, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.2 e 9.4 do Acórdão 8.922/2015-TCU- 2ª Câmara em relação ao recorrente.

EXAME DE MÉRITO

4. Delimitação

- 4.1. Constitui objeto do presente recurso definir se é possível diminuir a condenação de Ademar Vieira Filho para 30,26% do valor do convênio, referente a parte não concluída do objeto conveniado.
- 5. Da diminuição do valor da condenação de Ademar Vieira Filho.
- 5.1. O recorrente solicita no recurso a diminuição de sua condenação para 30,26% do valor do convênio, referente a parte não concluída do objeto conveniado, aduzindo os seguintes argumentos:
- a) o Convênio foi cumprido parcialmente, sendo aferido que 69,74% do seu objeto fora devidamente executado, restando somente cerca de 30,26% a concluir;
- b) todas unidades sanitárias constantes do Convênio foram concluídas, restando somente a conclusão do serviço da rede de abastecimento de água, haja vista que o gestor municipal que lhe sucedeu deixou à revelia o poço artesiano que se tornou inapto com o decorrer do tempo, quando a vistoria foi realizada pelo engenheiro da Fundação Nacional de Saúde;
 - c) a Corte de Contas deveria responsabilizar o gestor municipal que lhe sucedeu;
- d) a afirmação que assegura que não há funcionalidade do serviço executado apresentase improcedente, haja vista que todos os banheiros (unidades sanitárias) encontram-se em pleno



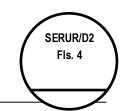
funcionamento, o que fora verificado pela fiscalização realizada por engenheiro da Fundação Nacional de Saúde;

e) os 30,26% do objeto conveniado que não foi concluído são relativos ao serviço de implantação da rede de abastecimento.

Análise

- 5.2. Ressalta-se, inicialmente, que a condenação de Ademar Vieira Filho, ex-prefeito de Xambioá/TO, se deu em decorrência da aplicação irregular dos recursos do Convênio 2.207/1999, cujo objeto visava à construção de sistema de abastecimento de água, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Xambioá/TO e a Fundação Nacional de Saúde Funasa/MS, pela imprestabilidade das obras, seja pela má qualidade ou pela falta de conclusão da construção.
- 5.3. O recorrente alega que a responsabilidade pela não conclusão do convênio seria do gestor municipal que o sucedeu, todavia, conforme ficou comprovado nestes autos, ele foi o responsável pelo pagamento da empresa contratada, inclusive com adiantamento da segunda parcela, com inobservância de disposição contratual que previa que o pagamento da segunda parcela somente ocorreria de acordo com o cronograma físico e financeiro da obra, o que exigia a prévia medição dos serviços efetivamente executados (peça 2, p. 24 e 26, cláusula quarta do contrato), e pelo descumprimento à norma prevista no art. 63, § 2°, inciso III, da Lei 4.320/1964, que exige, na fase de liquidação da despesa, a comprovação da efetiva prestação de serviços.
- 5.4. Ainda no que concerne à responsabilização do recorrente, ele ainda assinou, após o encerramento de sua gestão, o Termo Definitivo de Aceitação da Obra, em 28/2/2001, no qual atesta que "foram executados os serviços de construção do sistema de abastecimento de água e dos banheiros no Povoado Manchão do Meio, referentes ao Convênio 2.207/99" e que tais serviços "foram aceitos como concluídos, obedecendo aos padrões técnicos exigidos e encontrando-se em perfeito estado, atendendo plenamente às exigências previamente estabelecidas." (peça 1, p. 239).
- 5.5. Na questão relativa à conclusão parcial do objeto do convênio, conforme o Relatório de Vistoria e Avaliação do Estágio de Obras (peça 2, p. 52/56), se apurou 69,74% de execução física das obras, em vistoria realizada em 11/12/2003, e, ao verificar se houve a compatibilidade da parte executada com o objetivo do ajuste, constatou: descumprimento aos termos do projeto; inobservância do memorial descritivo/especificação técnica; inexecução das metas do Plano de Trabalho; não atingimento do objetivo do ajuste devido à falta de funcionalidade das obras executadas; qualidade fraca da obra. Posteriormente, em 20/2/2004, o engenheiro responsável pela vistoria, concluiu pelo percentual zero das metas com funcionalidade, e registrou que a qualidade da execução das obras é insatisfatória, fraca e apresenta vícios de construção, "pois há serviços em desacordo com as especificações, projeto e normas técnicas" (peça 2, p. 58).
- 5.6. Em seu voto condutor (peça 41), o relator **a quo**, Ministro Marcos Bemquerer Costa, citou que, em vista de todos os citados problemas na execução do contrato, "o convenente poderia ter exigido da empresa contratada a execução fiel do objeto pactuado, inclusive com as reparações necessárias, haja vista que, consoante a Cláusula Primeira do Contrato 23/2000, firmado entre o Município de Xambioá e a Construtora CRC Ltda. ME no valor de R\$ 105.250,00, havia a vinculação da construção do sistema de abastecimento de água e dos 51 módulos sanitários domiciliares aos termos do projeto técnico e de suas especificações (Peça 2, p. 22/30)."
- 5.7. Por fim, cabe registrar que a situação retratada da imprestabilidade das obras comprometeu o principal objetivo da avença que era de "evitar doenças causadas pela falta de saneamento básico nos domicílios e melhorar a qualidade de vida da população" (peça 1, 9).

CONCLUSÃO



- 6. Da análise anterior, conclui-se que não é possível diminuir a condenação de Ademar Vieira Filho para 30,26% do valor do convênio, referente a parte não concluída do objeto conveniado, tendo em vista a constatação do percentual zero das metas com funcionalidade e da qualidade da execução das obras como insatisfatória, fraca e com vícios de construção.
- 6.1. Com base nessas conclusões, propõe-se o não provimento do recurso.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

- 7. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo-se, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU:
- a) conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
- b) comunicar à Unidade Jurisdicionada, ao recorrente, e aos demais interessados da decisão que vier a ser proferida nestes autos.

TCU/Secretaria de Recursos/2ª Diretoria, em 8/3/2016.

BIANCA PIRES VEIGA

Auditora Federal de Controle-Externo, mat.
7654-6.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 54989919.